

**Impresso
Especial**

9912211301/2008 - DR/RS
Conselho Regional de
Psicologia 7ª Região

...CORREIOS...



Av. Protásio Alves, 2854
Porto Alegre - RS
CEP 90410-006

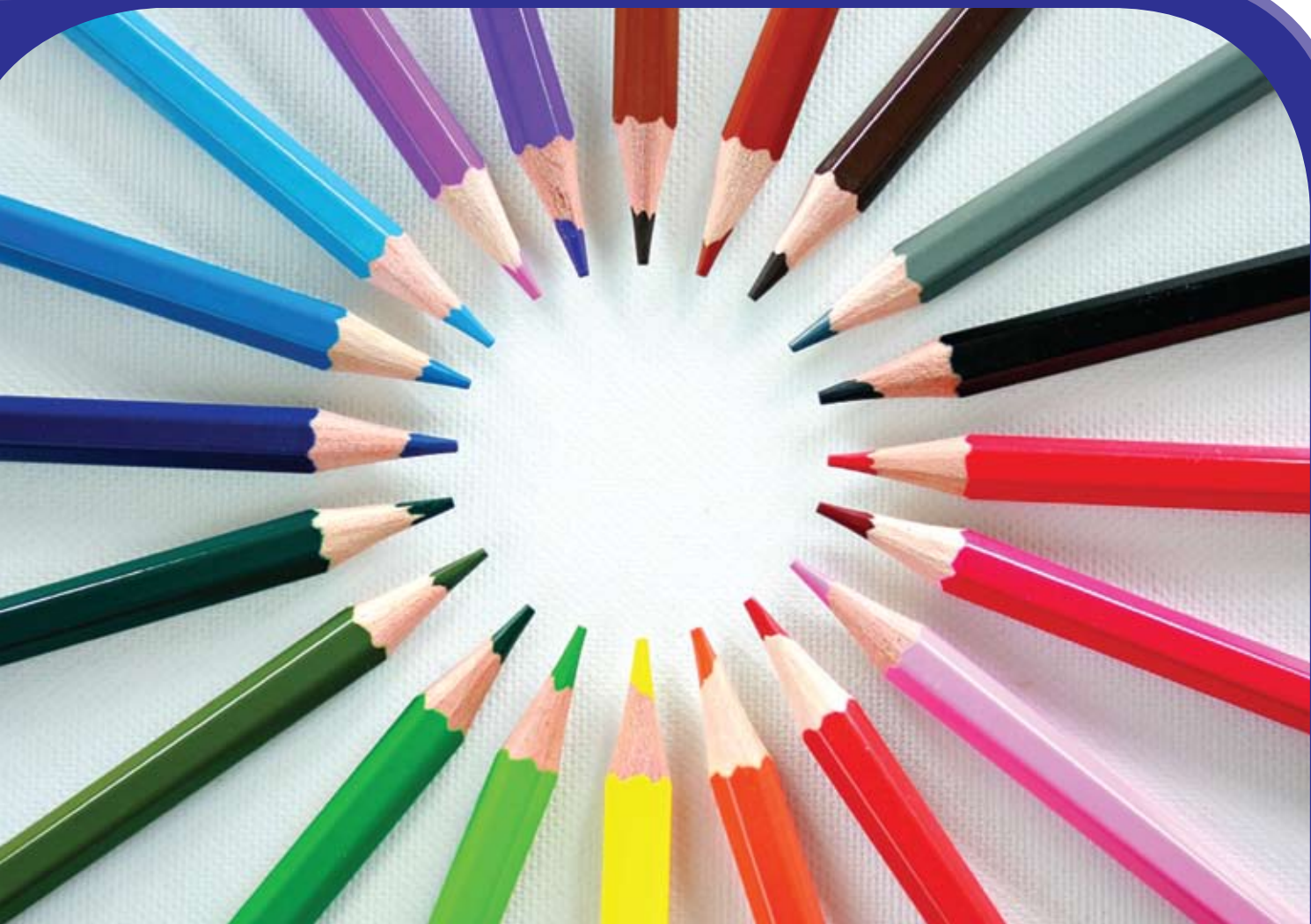
Entre linhas



Ano IX

Número 45

Outubro | Novembro | Dezembro de 2008



12 | Educação para todos!

17 | 2009 será o Ano da Psicoterapia

18 | Em debate: a desinstitucionalização

Expediente

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Presidente: Ivarlete Guimarães de França

Vice-presidente: Maria de Fátima Bueno Fischer

Tesoureira: Clair Ana Mariuza

Secretária: Tatiana Guimarães Jacques

Conselheiros: Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes Iensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Ramminger.

Comissão Editorial: Andréa Lucas Fagundes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Letícia Giannechini, Lucio Fernando Garcia, Paula Guntzel, Tatiana Guimarães Jacques.

Jornalista Responsável: Liliana Rauber (MTB/RS 9684)

Redação: Cláudia Rodrigues Barbosa (MTB/RS 11443)

Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede – Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301
– CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799 –
crprs@crprs.org.br

Subsede Caxias do Sul: Av. Itália, 325/705 –
CEP: 95010-260 – Fone/Fax: (54) 3223-7848 –
caxias@crprs.org.br

Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304 –
CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197 –
pelotas@crprs.org.br

Foto da Capa: Steve Woods - Stock.xchng

Foto pág. 12: Sanja Gjenero - Stock.xchng

Projeto Gráfico: Violeta Lima

Diagramação: Tavane Reichert Machado

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 13.000 exemplares

Distribuição gratuita



Cadastre-se no site
para receber
a newsletter
www.crprs.org.br

Editorial

Em agosto de 2008, o Plenário do CRPRS escolheu uma nova Diretoria Executiva para conduzir as ações neste segundo ano de gestão. Tomaram posse as conselheiras Ivarlete Guimarães de França - presidente, Maria de Fátima Bueno Fischer - vice-presidente, Clair Ana Mariuza - tesoureira e Tatiana Guimarães Jacques - secretária.

Em tempos de eleições municipais, mais uma vez lembramos a afirmação cidadã de que, com nossas escolhas de dirigentes, podemos contribuir em projetos capazes de viabilizar uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. No Conselho Regional de Psicologia também fizemos a opção de escolher por uma nova composição da diretoria executiva, atendendo à proposta da gestão de proporcionar que vários conselheiros possam circular neste lugar, trazendo suas contribuições. Assim como nos propomos fazer circular as psicologias, desencadeando processos de participação com e para a categoria e a sociedade, o fazemos internamente, buscando compartilhar e construir a democracia na condução das propostas de gestão do Conselho.

O primeiro ano de gestão foi marcado pela necessidade de apropriação do funcionamento interno do Conselho e pela busca de tornar mais ágeis as soluções para as demandas pendentes. Ao mesmo tempo, pela procura em estreitar relações com a categoria e colocar em prática as propostas de gestão com as quais os psicólogos se sentissem referenciados. Inúmeras ações foram realizadas, inclusive posicionamentos, que, embora polêmicos, se pautaram pela defesa dos Direitos Humanos, tais como: **o posicionamento em relação ao depoimento sem danos, a pesquisa do mapeamento cerebral de adolescentes da Fase, manifesto contrário à criminalização dos movimentos sociais** e outros. Dentre nossas realizações, destacam-se também aquelas que foram unificadas pelo Sistema Conselhos: **o Ano Temático da Educação, Ano da Psicoterapia, Democratização da Comunicação**.

A **interiorização**, que visa discutir a ética e avaliação psicológica, assim como a **capacitação para o exercício do Controle Social** e o **Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas - Crepop**, tem possibilitado articulação entre as diferentes regiões do estado. Vemos este processo como de um grande aprendizado. Como dizíamos em nossa proposta de gestão, pensar e agir coletivamente, em uma sociedade individualizante e competitiva, é uma tarefa complexa e exigente que neste segundo ano de gestão nos propomos a dar continuidade ao já iniciado pela Diretoria anterior: conselheiras Karen Eidelwein, Denise Ziliotto, Ceres Simone Simon e Ivarlete de França.

Representar um coletivo, como reafirmamos, é “falar e estar com o outro” (M. Mafezzoli). Estamos em várias frentes em nossas ações: através das 11 comissões e dos nove grupos que têm cada vez mais dado vida ao CRP, com a participação cada vez maior e qualificada, horizontalizando nossa relação e o fazer da e com a categoria e com a sociedade. Prosseguindo as ações de uma política de gestão, também daremos continuidade ao redimensionamento do Plano de Cargos e Salários e à qualificação permanente do quadro funcional, melhoria da infra-estrutura para melhor atender às demandas da categoria, ampliando o espaço físico e concluindo o Auditório do Conselho.

Bom, não são poucos os desafios! Porém, com a maior participação e implicação dos psicólogos para a conquista de uma Psicologia e sociedade que desejamos, aceitamos o desafio de estar a frente do CRP neste período, desde que coletivamente!

Ivarlete Guimarães de França
Conselheira Presidente

Maria de Fátima Bueno Fischer
Conselheira Vice-Presidente

índice

| | | | |
|----|------------------------|----|------------------|
| 04 | notícias das comissões | 18 | em debate |
| 08 | interiorização | 20 | CREPOP |
| 10 | controle social | 21 | espaço da COF |
| 12 | ano da educação | 22 | direitos humanos |
| 16 | entrevista | 24 | agenda |
| 17 | psicoterapia | | |

Dica cultural

Sicko – S.O.S. Saúde

O que você pensaria de um documentário que aborda o tema do sistema de saúde norte-americano? Cansativo? Chato? Nada disso. Surpreendentemente, o documentário Sicko – S.O.S. Saúde captura nossa atenção do início ao fim.

Produzido por Michael Moore, mesmo diretor de Fahrenheit – 11 de setembro, o filme mostra como a vida de pessoas comuns é afetada (e até mesmo destruída) quando suas necessidades de saúde não são atendidas. Destaca-se um importante deslocamento operado no filme: ao invés de mostrar filas de espera ou criticar o sistema público, como seria o esperado, focaliza o grande contingente da população norte-americana que paga planos privados de saúde e não consegue se beneficiar deles quando necessita.

O documentário contrasta, ainda, o cenário americano com o inglês, francês, canadense e cubano, demonstrando a viabilidade de constituição de sistemas de saúde com caráter público, universal e de qualidade. É difícil assistir ao filme e não fazer comparações com o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro.

Dessa maneira, além de ser uma boa pedida para ser assistido em casa, torna-se também um importante dispositivo de discussões em espaços de formação.

Gustavo Zambenedetti
Psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS)



Notícias das comissões

Dia do Psicólogo

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul promoveu uma série de eventos com entrada franca para comemorar o Dia do Psicólogo. Além dos encontros realizados em Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas e Bagé, o CRPRS também participou como convidado em atividades em Ijuí, Santo Ângelo, Garibaldi, Erechim, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul.

Confira algumas imagens:

Porto Alegre



No dia 21 de agosto, o Sarau da Psicologia reuniu psicólogos que declamaram textos e poesias ao som dos psicólogos Alexandre Knorre e Lúcio Chachamovich, na Casa de Cultura Mario Quintana.



No dia 25, os interessados no debate "As Interfaces do Cuidado em Saúde Mental" lotaram o Coral Tower Hotel. Destaque para a presença da convidada Ana Cristina Figueiredo, psicóloga do Instituto de Psiquiatria e PPG em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



No Dia do Psicólogo, 27 de agosto, o CRP lançou o documentário que retrata a trajetória das quatro primeiras gestões do Conselho. A ocasião proporcionou o reencontro de vários profissionais da categoria que se emocionaram com o filme. A seguir, foi servido um coquetel comemorativo, no Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, no centro da cidade.



"Diálogos sobre o exercício da psicoterapia no contexto atual" foi o tema das palestras proferidas no dia 26, no auditório do Conselho, pelas psicólogas Denise Costa Hausen e Analice de Lima Palombini.



Para marcar a abertura do Ano da Educação, no dia 29, no Coral Tower Hotel, foram realizadas palestras pela psicóloga Cristiana Bonaldi, mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, e pela psicóloga Gislei Lazzarotto, professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Caxias do Sul

No dia 29, a mesa-redonda sobre “Residências Multiprofissionais Integradas”, na UCS, foi composta pelos psicólogos e conselheiros do CRPRS Henrique Zilli, Paula Guntzel e Deise Nunes. No evento, foram apresentadas as discussões que estão sendo feitas pelo Grupo de Trabalho Residências Multiprofissionais do CRPRS para subsidiar os debates da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais.



A Psicologia enquanto ciência e o papel do psicólogo na contemporaneidade foi a palestra que a psicóloga e conselheira do CRPRS Loiva Maria De Boni Santos fez na Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, no dia 28 de agosto. No mesmo dia, os psicólogos recém-formados pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) receberam suas carteiras de identidade profissional. Após a solenidade, houve um jantar de confraternização.



Os conselheiros do CRPRS ainda realizaram a oficina “Roupa Suja se Lava em Casa”, na FSG. Os participantes foram convidados a escrever questionamentos, e estes eram pendurados num varal de roupas. Os facilitadores tinham a tarefa de responder as dúvidas apresentando as soluções.

Pelotas

No dia 29 de agosto, na Subsede Sul do CRP, foi promovido um debate após a exibição do curta-metragem gaúcho (In)sanidades, que questiona o que é a loucura atualmente. O evento contou com a participação de um dos produtores do vídeo, conselheiro do CRP e psicólogo Sílvio Iensen. Após, foi feita a solenidade de entrega das Carteiras Profissionais aos novos psicólogos.



Santa Maria

No dia 27 de agosto, a conselheira do CRPRS Tatiana Baierle realizou uma palestra no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) sobre as temáticas de discussões atuais no Conselho, como Políticas Públicas, Direitos Humanos, Orientação e Fiscalização da profissão, Avaliação Psicológica e Formação. O evento contou com a presença de cerca de 150 pessoas, entre estudantes e professores. À noite foi organizado um jantar de confraternização da categoria no restaurante Augusto. Os conselheiros Sílvio Iensen e Tatiana Baierle acompanharam o encontro e aproveitaram para falar sobre a importância da participação e organização dos psicólogos na região.



Título de Especialista

A Comissão de Análise do Título Profissional de Especialista em Psicologia do CRPRS está realizando uma pesquisa nos cursos de Especialização e entidades de Ensino Superior que não possuem credenciamento no Conselho Federal de Psicologia (CFP) e na Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP). Este levantamento está sendo feito em todos os Estados pelos respectivos Regionais. O objetivo é analisar nacionalmente o impacto do Título de Especialista. A pesquisa também será feita com a categoria através do site do Conselho Federal de Psicologia (www.pol.org.br).

As normas e procedimentos referentes ao Título Profissional de Especialista em Psicologia estão regulamentados na Resolução CFP nº 013/2007, que pode ser conferida no site www.crprs.org.br.

Solicitação de credenciamento

O curso interessado deve agendar uma vistoria junto à Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP). A ABEP é uma instituição conveniada ao CFP e responsável pelo procedimento de análise das condições de estrutura e funcionamento, da qualificação do corpo docente e da grade curricular

dos cursos, bem como pela elaboração de parecer referente à vistoria. Este parecer é então encaminhado para apreciação do CFP, sendo o credenciamento deferido ou indeferido. O credenciamento é válido por três anos. Após este período, o curso deve solicitar credenciamento.

Requisitos mínimos

Para obter credenciamento é necessário:

- Pertencer à instituição de ensino superior legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação ou ser pessoa jurídica com registro no Conselho Regional de Psicologia.
- Possuir pelo menos uma turma que tenha concluído o curso nos padrões exigidos para o credenciamento.
- Curso com um mínimo de 500 horas de duração e carga horária referente à especialidade, com um mínimo de 80% da carga horária total de 400 horas.
- Carga horária de prática com um mínimo de 30% da carga horária referente à especialidade de 120 horas.
- Monografia de conclusão do curso voltada para a área da especialidade, com horas para elaboração não incluídas nas 500 horas de duração do curso.

Prova de Especialista

Até o dia 10 de novembro estão abertas as inscrições para o IV Concurso de Títulos de Especialista em Psicologia. As provas para as especialidades em Psicologia Clínica, Psicologia do Esporte, Psicologia do Trânsito, Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia Jurídica, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Psicologia Social e Neuropsicologia serão realizadas no dia 07 de dezembro de 2008 em Porto Alegre e nas seguintes cidades: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal

(RN), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Florianópolis (SC), São Paulo (SP) e Vitória (ES).

A prova para a especialidade em Psicologia Hospitalar será aplicada em setembro de 2009, durante o VII Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Mais informações podem ser obtidas no site www.crprs.org.br.



Pesquisa

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul está realizando uma pesquisa junto à categoria por meio da empresa Investigare, vencedora da licitação. A pesquisa será feita por telefone. Se você for contatado, por favor, colabore. Você não será identificado. As respostas não serão trabalhadas individualmente, mas estatisticamente. A previsão é de que os resultados sejam apresentados até o final do ano.

Subsede Serra

Confira as Comissões e os Grupos de Trabalho (GT) em funcionamento na Subsede Serra do CRPRS, em Caxias do Sul. As reuniões são abertas a todos os interessados. Maiores informações podem ser obtidas com Viviane pelo fone (54) 3223-7848 ou caxias@crprs.org.br. Anote as datas dos encontros e participe!

Comissão de Políticas Públicas

Coordenação: psicóloga Loiva De Boni Santos
Encontros: toda terceira terça-feira do mês, das 19h às 21h

Comissão de Psicologia do Trabalho

Coordenação: psicóloga Miriam Corso Minotto
Encontros: segunda-feira, das 18h30 às 20h (a cada 15 dias)

GT Psicoterapia

Coordenação: psicólogo Mateus Cemin
Encontros: toda primeira quinta-feira do mês, das 20h às 21h30

GT Formandos

Coordenação: psicóloga Luciana Salvador
Encontros: toda segunda quinta-feira do mês, das 18h30 às 20h

Psicologia e comunicação

O CRPRS está engajado no Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação. Integrante da Comissão Estadual Pró-Conferência, o CRPRS realizou eventos de mobilização em Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, além de um ato público no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre,

na Semana da Democratização da Comunicação, colhendo assinaturas a favor da convocação do Grupo de Trabalho Nacional que irá definir as diretrizes da Conferência. O abaixo-assinado foi encaminhado à Câmara de Deputados, em Brasília.

No dia 22 de novembro a Comissão Estadual Pró-Conferência, que além do CRPRS é composta por outras 18 entidades, realiza o **I Seminário Estadual Pró-Conferência de Comunicação**, que irá discutir os três eixos propostos pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: Convergência; Conteúdo Cidadão; Reestruturação do Sistema e Controle Público. A deputada federal Luiza Erundina será uma das mediadoras, e a mesa Conteúdo Cidadão contará com a participação dos psicólogos Ricardo Moretzsohn (Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania) e Roseli Gofmann (conselheira do CFP), entre outros palestrantes. A programação completa do seminário está disponível no site www.crprs.org.br, no link agenda/eventos CRPRS.

O evento será no Plenarinho da Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, das 9h às 18h, com entrada franca. O CRPRS disponibilizará vans saindo de Pelotas, Caxias do Sul e Santa Maria para os interessados em acompanhar o seminário. Mais informações pelo e-mail: comunicacao@crprs.org.br.



Interiorização

Com o objetivo de qualificar o processo de interiorização do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), o órgão tem promovido uma série de encontros em diferentes cidades gaúchas. O ciclo Diálogos com o CRP conta com a participação de conselheiros e técnicos do Conselho.

O grupo debate com a categoria questões atuais como a Resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que inclui a psicoterapia nos planos de saúde. Além disso, são repassadas orientações técnicas sobre avaliação psicológica, produção de laudos e relações com o Judiciário.

O Rio Grande do Sul possui atualmente mais de 12.800 psicólogos em atividade. Quase metade está no interior do Estado.

O ciclo Diálogos com o CRP já esteve em: Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Lajeado e Ijuí.

No dia 29 de novembro o ciclo estará em Torres, e no dia 04 de dezembro, em Porto Alegre. Todos os encontros têm entrada franca. Mais informações pelo fone (51) 3334.6799 ou eventos@crprs.org.br

GT Centro-Oeste

Um dos resultados do ciclo Diálogos com o CRP foi a constituição do Grupo de Trabalho da Região Centro-Oeste. O GT tem se reunido mensalmente em Santa Maria, no Hotel Morotin (Rua Ângelo Uglione, 1629). O grupo é aberto a todos os psicólogos da região. Os próximos encontros serão nos dias 19 de novembro, às 18h30, e 13 de dezembro, às 9h. Informações: eventos@crprs.org.br.



Encontro em Santa Cruz do Sul

Capacitação do Controle Social

A Comissão de Políticas Públicas promoveu, no dia 10 de outubro, em Porto Alegre, a 3ª Capacitação do Controle Social de 2008. O tema “Os 20 anos do SUS e o psicólogo no Controle Social” foi debatido das 14h às 18h, levando em conta a socialização de experiências e a elaboração

coletiva de estratégias que direcionem as intervenções da categoria no Controle Social.

Trânsito

O Grupo de Trabalho do Trânsito realizou encontro com os psicólogos peritos examinadores do trânsito, com a participação de psicólogas da Unidade de Psicologia do Detran/RS e o Sindicato dos Psicólogos (Sipergs). O objetivo da reunião era discutir, identificar e levantar as dúvidas e sugestões referentes à nova regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Resolução 267/2008 - Contran), que trata das avaliações médica e psicológica para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. As dúvidas e sugestões sobre a referida Resolução do Contran foram sistematizadas em um documento, enviado ao Conselho Federal de Psicologia para embasar os questionamentos e esclarecimentos junto ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Residências Multiprofissionais

No Rio Grande do Sul, a Psicologia atualmente está inserida nos cinco programas de Residência Multiprofissional em Saúde e em uma Residência em Área Profissional da Saúde. Em 2006, o CRPRS constituiu o Grupo de Trabalho Residências Multiprofissionais em Saúde, que vem discutindo a inserção da Psicologia nesta modalidade de formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde (SUS). A partir destas discussões, o GT produziu um documento apontando potencialidades e necessidades a serem contempladas na formação dos psicólogos nas residências multiprofissionais, que será apresentado na Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). Em caso de aprovação, será remetido à Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais.

Nos dias 19 e 20 de setembro, o CRPRS foi apoiador do Seminário Estadual de Residências Multiprofissionais, realizado em Porto Alegre, de onde foram escolhidos os representantes para o III Seminário Nacional de Residência Multiprofissional, que aconteceu de 13 a 15 de outubro em Brasília.



Seminário Estadual

Sistema Prisional

O Conselho Regional de Psicologia (CRPRS) tem contribuído para que psicólogos que trabalham diretamente nas prisões possam participar de forma qualificada no II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional, que irá ocorrer em novembro, no Rio de Janeiro.

Desde o ano de 2002, o CRPRS vem trabalhando junto aos psicólogos do Sistema Prisional no Estado. Em 2005, uma delegação gaúcha composta por cinco representantes do GT de Psicólogos do Sistema Prisional foi a Brasília participar do I Seminário Nacional: “Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional”. As contribuições dos relatórios produzidos no RS fizeram parte da publicação “Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do Sistema Prisional brasileiro”, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Em 2007, no VI Congresso Nacional da Psicologia (CNP), os psicólogos participaram ativamente dos debates preparatórios, produzindo material que foi sugerido como tese ao Congresso.

Além disso, o CRPRS, em parceria com outras entidades de classe – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Serviço Social

(CRESS), Sindicato dos Psicólogos (Sipergs) – e Ministério Público, vem acompanhando e contribuindo para superar os desafios que os psicólogos têm enfrentado, como as más condições de trabalho que interferem nas questões éticas.

Em julho de 2008, foi realizada uma capacitação para psicólogos do Sistema Prisional, na Escola de Serviço Penitenciário (ESP). O CRPRS foi convidado a participar da reflexão sobre “Ética e a Prática da Psicologia nas Prisões”, enquanto um campo de atuação importante na produção de uma leitura crítica do sistema punitivo, direcionando olhares e ações para maior implicação dos profissionais com os Direitos Humanos da população prisional. Dando continuidade a esta caminhada, no dia 17 de outubro o CRPRS participou, como colaborador e facilitador, do I Encontro Estadual “O fazer do psicólogo no Sistema Prisional”, que teve como objetivo constituir uma proposta de diretrizes para atuação no Estado e que será levada ao Seminário Nacional.





20 anos do SUS: Uma conquista do Controle Social

Celebrar os 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS) nos remete a refletir sobre seu processo de implantação e consolidação no Brasil, seus impasses, desafios e conquistas.

Para começar, propomos um olhar mais atento acerca da mudança de paradigma produzido na concepção de saúde/doença no contexto econômico/sociocultural. Longe de ser fatalidade ou destino, como se observava até então, a saúde passa a ser compreendida à luz de um processo histórico e social, determinado pelo modo como cada sociedade vive, se organiza e produz.

Nascido do clamor da sociedade organizada através de movimentos sociais potentes, que tomaram para si o protagonismo de suas lutas, o SUS materializa-se como uma Política Pública de Estado, constituindo-se como a mais importante e avançada política social em curso no País. Seu caráter público, universal, igualitário e participativo serve, desde sua promulgação, como referência na elaboração de normativas para as demais áreas sociais. Sua proposta de reforma do Estado, democrática e popular, aponta para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da justiça social.

Os Princípios e as Diretrizes do SUS colocam-se na contramão de certas forças hegemônicas, que ainda insistem em tratar a saúde como se fosse mercadoria, baseada no lucro, regulada pelo mercado do consumo, da procura e da oferta. Contrário à lógica privatizante, o SUS consolida-se como um modelo avançado de promoção de saúde e qualidade de vida, que vai desde os modos de organizar as ações de Atenção Básica, por meio da implantação do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e os Programas de Agentes Comunitários (PAC), até os procedimentos de média e alta complexidade. Tendo o território – local de moradia dos usuários – como campo privilegiado de reconhecimento das relações estabelecidas pela/na comunidade e a partir dele desenvolver ações efetivas de promoção e cuidado da saúde da população. Desta forma, o SUS busca responder ao mandato constitucional de que a saúde é um “direito de todos e um dever do Estado”, que se dá através da “(..) promoção, proteção e recuperação da saúde”.

Cabe salientar, no entanto, que a universalização do Sistema não pressupõe que tudo já esteja consolidado. Ao contrário, o SUS, como uma proposta democrática de política de promoção da Atenção à Saúde, deverá estar sempre em processo de transformação, buscando acompanhar e responder as novas questões emergentes das tensões decorrentes dos processos político-econômicos em nossa sociedade.

Neste cenário, caracterizado por constantes desafios, frente às diferentes concepções de saúde, pública e privada, que ainda permeiam o imaginário social, é que se constituem os Conselhos de Saúde, como a mais importante instância de organização da sociedade para exercer o Controle Social no SUS. É no espaço dos Conselhos – Municipal, Estadual e Nacional – instâncias de caráter permanente e deliberativo, que se efetiva a possibilidade da política de saúde ser formulada, executada, fiscalizada e avaliada pela sociedade, e por eles – os Conselhos – se necessário, serem utilizadas as ferramentas que garantam a plena execução da política de saúde.

Nesta perspectiva, nestes 20 anos do SUS, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), em um processo permanente de aprendizagem e fortalecimento, tem ampliado sua presença nos Conselhos de Direitos, especialmente nos Conselhos de Saúde, reconhecendo nestas instâncias, espaços legítimos por onde afirmamos nossa luta por uma sociedade com cidadania plena e respeito à dignidade humana.

Temos o que comemorar ao perceber a importância das contribuições que a Psicologia no Rio Grande do Sul tem dado para a consolidação do SUS. Atualmente, são 49 psicólogos, colaboradores da Comissão de Políticas Públicas (CPP), que representam a categoria no segmento Trabalhador de Saúde. Inseridos em diferentes Conselhos, são interlocutores de uma categoria que afirma seu compromisso social, pela garantia de políticas públicas voltadas aos direitos humanos.

Conselho Estadual de Saúde

Eu represento o CRPRS na Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde desde o ano de 2006. Neste período, tenho acompanhado importantes discussões pertinentes à política de saúde do Estado, em especial à política de Saúde Mental. A presença do CRPRS na composição do Controle Social busca sempre, através de diálogo e negociação, apoiar ações e proposições que potencializem a reforma psiquiátrica brasileira e a construção de uma saúde pública de qualidade.

Além disso, tenho presenciado a tentativa de alguns grupos, que defendendo interesses privados e contrários a uma maior consolidação do SUS, tentam, sem êxito, reviver os antigos manicômios, limitando o cuidado em Saúde Mental à assistência hospitalar ou a outros dispositivos totalizantes e excludentes. Nessas situações, a Comissão de Saúde Mental tem se constituído um importante espaço de debate e avaliação crítica dessas proposições.

Outros acontecimentos também são alvo das ações da Comissão, como o acolhimento de denúncias e solicitações de fiscalização dos serviços que prestam assistência em Saúde Mental.

Porém, o mais importante a ser ressaltado nesse momento em que comemoramos os 20 anos do SUS é que o Conselho de Saúde, assim como as comissões que lhe integram, não tem como única ou

principal função fazer fiscalizações ou cobranças aos gestores da saúde, como eventualmente se costuma associar. Os conselhos têm como objetivo serem colaboradores e co-gestores das políticas de saúde na construção de estratégias e elaboração de prioridades de ações. Nesse sentido, a Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde tem buscado participar ativamente da construção da Política de Saúde Mental para o Estado, incluindo aqui a Atenção aos Usuários de Álcool e outras Drogas, assim como da criação de outras formas de regulação ou incentivos para essa política.

Em todos esses momentos, as colaborações e intervenções feitas pelo CRP visam garantir a democratização do debate, tendo como diretriz maior a defesa da vida e valorização do humano na sua pluralidade e no respeito aos seus desejos e necessidades.

Cabe ainda ressaltar que as posturas assumidas durante esses debates não dizem da opinião de quem naquele momento está representando o CRP, mas sim a um posicionamento político da categoria. E nesse sentido é importante fazer um destaque à Comissão de Políticas Públicas do CRPRS que tem cumprido com a função de ser um espaço de debate dessas questões, servindo de apoio e fornecendo subsídios para os profissionais psicólogos que estão na função de conselheiros de saúde.

Psicóloga Alexandra Campello

Conselho Municipal de Assistência Social

Trabalho como psicóloga da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Arroio dos Ratos. Atuo na Casa da Juventude, Projeto de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA). O projeto visa contemplar crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, através de encontros diários em turno inverso ao da escola. O aluno participa de oficinas de lazer, recreação, dança, ginástica, trabalhos manuais, oficina de artes, hora do conto, brigada ecológica, padaria, marcenaria, reforço escolar, oficina de informática, alimentação e higiene. Para isso também envolve os familiares e professores dos alunos.

Fui convidada para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) por meio do CRPRS. Participei das capacitações da Comissão de Políticas Públicas e, desde então, comecei a me sentir com propriedade para opinar e realizar o Controle Social que vejo como principal objetivo de um conselheiro municipal. Não me sinto mais só, uma vez que posso a qualquer momento contar com o apoio da Comissão de Políticas Públicas para me auxiliar.

Um exemplo de como exerço o Controle Social foi o fato de reconstruir e reavaliar com todos os conselheiros o Regimento Interno do CMAS com a orientação do Departamento de Assistência Social do Rio Grande do Sul. Fiscalizamos as metas realizadas pelos projetos ligados à Secretaria de Assistência Social, além de outras funções.

No CMAS lutamos para que se concretize o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que aspiramos conscientizar as autoridades sobre uma mudança de foco no assistencialismo, tornando-o mais ético e menos paternalista. O novo sistema é fruto de quase duas décadas de debates e coloca em prática os preceitos da Constituição de 1988, que integra a assistência à Seguridade Social, juntamente com Saúde e Previdência Social. Assim, as diversas ações e iniciativas de atendimento à população carente deixam o campo do voluntarismo e passam a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado. De mero favor, um benefício da assistência social agora é um direito do cidadão.

O Sistema Único integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Baseado em critérios e procedimentos transparentes, o Sistema altera fundamentalmente operações como o repasse de recursos públicos, a prestação de contas e a maneira como serviços e municípios estão hoje organizados.

O marco oficial para a implantação do Sistema foi em 14 julho, quando o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica do SUAS, estabelecendo um conjunto de regras que disciplinam a operacionalização da Assistência Social e a transição do antigo para o novo modelo. Os repasses que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) fará a partir de setembro já estarão dentro das novas regras, assim como a expansão das metas dos programas.

Psicóloga Elena Odonell da Silva Pereira

Educação para T-O-D-O-S



2008 é o Ano da Educação. A escolha desse tema, no Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia), surgiu da necessidade de se enfatizar a importante contribuição da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos, respeitando a diversidade enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social.

Aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira visa qualificar o psicólogo, técnica e politicamente, para melhor compreender a complexidade do sistema educacional. Diante da demanda, é imprescindível debater os trabalhos desenvolvidos por psicólogos em escolas ou em outras instituições de educação que abordem a temática da educação inclusiva e sua interface com políticas públicas, em especial as de educação, saúde e assistência social.

Para concretizar o Ano da Educação, o Sistema Conselhos de Psicologia promoverá Seminários Regionais e Nacional para construir espaços de discussões coletivas entre psicólogos e demais profissionais que atuam na educação e em outros

setores da sociedade. **No Rio Grande do Sul, o Seminário Regional será no dia 6 de dezembro, em Porto Alegre.**

Como subsídio das discussões que serão realizadas, foram produzidos quatro eixos temáticos que servem de base para o debate:

- 1 - Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva.
- 2 - Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática
- 3 - Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais
- 4 - Psicologia no Ensino Médio

Saiba mais sobre cada eixo!



Eixo temático 01

Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva

Por educação inclusiva entende-se práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra o seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referência aqueles que têm sido excluídos dos sistemas de ensino.

A educação inclusiva chegou ao Brasil com o compromisso de oferta de Educação para Todos assinado em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Na época, durante a reforma do Ministério da Educação, as atribuições relativas à Educação Especial foram transferidas para a Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). Em 1992, uma reorganização ministerial possibilitou a recriação da Secretaria de Educação Especial (SEESP), vinculada ao Ministério da Educação, onde permanece até hoje. No entanto, os alunos com Necessidades Educacionais Especiais não foram incluídos nas políticas dos compromissos assumidos em Jomtien.

Sendo assim, em 1994, o Banco Mundial, através da ONU, reuniu delegados de 92 governos e 25 organizações internacionais em uma assembléia em Salamanca, na Espanha,

reafirmando a Educação para Todos. Foi reconhecida a necessidade e a urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. O novo compromisso foi firmado por meio da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial.

A Declaração de Salamanca é um marco na definição dos alunos que têm direito à escolarização de qualidade como qualquer cidadão. Segundo a psicóloga Mara Lago, o documento reforçou a idéia de que cada criança possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que são próprios. "Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades", explica.

Os princípios da educação inclusiva precisam ser estudados em níveis de formação profissional (graduação), aperfeiçoamento e pós-graduação. A legislação contempla apenas os alunos com deficiência, transtorno de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Contudo, o Sistema

Conselhos entende por educação inclusiva as práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referência aqueles que têm sido reiteradamente excluídos dos sistemas de ensino – negros, meninas, homossexuais, pessoas com deficiência, índios, populações em situações de rua, adolescentes autores de ato infracional, crianças e jovens com dificuldades no processo de escolarização (vinculados ou não a causas orgânicas), superdotados.

“As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atendê-las. Este seria o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir

uma sociedade inclusiva e dar educação de qualidade para todos”, afirma a psicóloga. Nesse contexto é que a Psicologia Institucional tem papel fundamental: “Oferece ferramentas que viabilizam espaços coletivos de trabalho, nos quais os educadores podem refletir sobre a prática, para além da repetição e do cumprimento de tarefas. Possibilita o reposicionamento da educação escolar, instituindo espaços de aprendizagem para todos, com qualidade, responsabilidade e comprometimento”, finaliza.

Fonte: Texto extraído do caderno do Conselho Federal de Psicologia intitulado Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores – escrito pela psicóloga, doutora em Educação, professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense Cristina Maria Carvalho Delou



Eixo temático 02

Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática

Inserção e participação de psicólogos no âmbito das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais e conselhos, além do Legislativo, acompanhando e propondo ações junto a deputados e vereadores. A presença do psicólogo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

Nos últimos 20 anos, a Psicologia Escolar passou a ser questionada nas suas bases epistemológicas e nas suas finalidades. Essa discussão foi introduzida no Brasil em 1984 com a tese de doutorado de Maria Helena Souza Patto, publicada em livro com o título Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar. A obra discute a serviço de que e de quem estariam a Psicologia e a Psicologia Escolar.

Com isso, inicia-se um conjunto de questionamentos a respeito:

- do papel social da Psicologia enquanto ciência e profissão e da Psicologia Escolar enquanto campo de atuação do psicólogo;
- dos pressupostos que norteavam a construção do conhecimento no campo da Psicologia e da Psicologia Escolar, bem como suas finalidades em relação à escola e àqueles que dela participam.

Nesta mesma década, intensificam-se os movimentos sociais pela redemocratização do país. Cria-se a Constituição de 1988 e, dois anos mais tarde, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Declaração de Educação para Todos. Em 1994 é assinada a Declaração de Salamanca, e em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A educação passa a ter autonomia para planejar, implementar e gerir suas políticas educacionais.

A partir das discussões e críticas, a Psicologia Escolar e Educacional inaugura uma década de pesquisas com o foco no fracasso escolar. Trata-se de um novo eixo de análise do processo de escolarização: o papel das políticas públicas edu-

cacionais na constituição do dia-a-dia escolar e do aluno que aprende, na relação do professor com a sua tarefa docente, nas condições objetivas que permitem que a escola possa cumprir as suas finalidades sociais.

Atualmente, os primeiros trabalhos sobre o tema estão sendo publicados, e as pesquisas têm mostrado algumas dificuldades que precisam ser enfrentadas quanto à implantação de políticas públicas em educação.

Profissão e formação

As críticas dos anos 80 contribuíram para uma retração da presença do psicólogo no campo da educação. O psicólogo foi identificado como membro da área da saúde em uma perspectiva médico-assistencial, sendo considerado como um profissional que atuaria na mesma esfera de dentistas, fonoaudiólogos e pediatras, não devendo, portanto, compor o quadro funcional das escolas. Essa realidade perpetua-se ainda hoje. “Precisamos lutar pelas finalidades da profissão na área educacional”, incentiva a psicóloga Neuza Guareschi.

As discussões a respeito da formação profissional se mantiveram fortalecidas na década de 90 em busca de outros modos de subjetivação articuladas com os novos desafios so-

Direito ao ensino

A Declaração de Salamanca diz que têm direito à escolarização de qualidade, como qualquer cidadão, as crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.

Fonte: UNESCO, 1994

ciais. Esses debates levaram à criação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia, cujas idéias são discutidas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As Diretrizes comparecem no cenário nacional oficialmente em 2004, trazendo mudanças bastante significativas em relação ao Currículo Mínimo, em seus princípios, objetivos e metas, circunscritas ao modelo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, centradas na concepção construtivista de aprendizagem.

Fica evidente a necessidade de redefinição do papel do psicólogo na escola e de reestruturação de sua formação acadêmica, pois a Universidade não prepara profissionais capazes de enfrentar o desafio de promover Educação e Saúde

no ambiente escolar. “É preciso romper com o atendimento do fracasso escolar e encontrar outras maneiras que levem em conta a escola e a Universidade atuais”, explica Neuza.

Que psicólogo desejamos formar?

A implantação das Diretrizes requer a construção de um perfil crítico comprometido com a transformação das condições sociais e de trabalho que permeiam o contexto escolar e educacional, articulando-se coletivamente e defendendo a utilidade das intervenções, como suporte ao reconhecimento social da profissão. As diretrizes defendem:

- o reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;
- a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- uma atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades.

Fonte: Texto extraído do caderno do Conselho Federal de Psicologia intitulado Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores - escrito pela psicóloga Marilene Proença Rebelo de Souza, doutora em Psicologia Escolar, professora do Departamento de Psicologia Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, e pela psicóloga, doutora em Psicologia Escolar, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Marisa Lopes da Rocha

Dificuldades para a implementação das Políticas Públicas

- Manutenção de formas hierarquizadas de implementação
- Desconsideração da história profissional e política dos atores da escola
- Falta de articulação com a infra-estrutura necessária para a efetivação das políticas
- Concepções desqualificas dos alunos e famílias das classes populares
- Desconhecimento por parte dos educadores das finalidades das políticas públicas implementadas
- Aprofundamento da alienação do trabalho pedagógico



Eixo temático 03

Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais

Envolve a atuação do psicólogo junto aos alunos, suas famílias, educadores e demais profissionais ligados à educação que recorreram à Psicologia como forma de contribuir para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber culturalmente instituído e da produção de novos saberes.

A presença do psicólogo em instituições escolares e educativas vem sendo há décadas motivo de debates científicos e profissionais. A produção de conhecimento que pode propiciar a prática de acompanhamento integral à criança e sua família ao lado do professor torna-se inócua em situações em que o profissional da Psicologia não esteja presente no cotidiano das instituições.

A formação cada vez maior de psicólogos no país ainda preponderantemente para a atuação clínica dificulta a inserção efetiva do profissional nestes espaços.

Um psicólogo nos contextos educativos propicia o acompanhamento do desenvolvimento de crianças e adolescentes em seus espaços de vida, procurando relacionar

elementos dos diferentes contextos, como familiares ou comunitários que favorecem ou dificultam este processo. Pertencer ao quadro de profissionais das escolas e outros espaços não-formais de educação coloca para o psicólogo um outro nível de exigência profissional que nem sempre tem sido desenvolvido na sua própria formação.

A Psicologia social, comunitária, política e escolar, e outras áreas mais novas, contudo também voltadas para o entendimento do sujeito psicológico em contexto histórico e social, refletem hoje a necessidade de uma radicalização na área, sobretudo na formulação de diretrizes de formação profissional e abertura de campos de trabalho que se voltem para as maiorias.

O consultório particular, o atendimento individualizado, e a idéia de que o problema é centrado no indivíduo e não focado nos seus contextos imediatos e mediados de relações, ainda são a marca da profissão e da área do conhecimento. Com estas dificuldades, o psicólogo acaba não estando nas redes públicas de educação como poderia.

Não há como desenvolver a cidadania, prevenir e proteger o desenvolvimento de crianças e adolescentes em

um sistema que, pela sua estrutura, não permite o direito à igualdade e à liberdade. Portanto, a posição da Psicologia, a partir desta constatação, torna-se extremamente vulnerável, se não for construído um modelo teórico e prático que estabeleça a relação possível com o desenvolvimento da consciência que torna o sujeito ativo em sua própria história.

O desenvolvimento de ações transformadoras, tanto no plano pessoal quanto coletivo, está intrinsecamente ligado à análise da realidade em sua totalidade concreta. A desigualdade pode ser evidenciada por meio de diferentes indicadores. No entanto, pouco adianta um conjunto de índices numéricos, se a análise sobre como estes elementos atingem a vida dos indivíduos concretos não é realizada. A questão que se coloca para o trabalho do psicólogo está relacionada ao sofrimento de pessoas e grupos, manifestado por respostas de violência, sentimentos de

impotência, fatalismo e alienação diante de mecanismos de exploração e opressão que, sob diferentes formas, estão presentes e nem sempre percebidos no cotidiano, também da escola.

Por esta razão, pensar a Psicologia como uma ferramenta para o fortalecimento de pessoas e grupos, e a Psicologia Escolar como alternativa para a compreensão dos processos psicossociais presentes no contexto educativo, são propostas que ajudarão a construir os processos de transformação qualitativa da escola, na promoção do bem-estar das pessoas e comunidades.

Fonte: Texto extraído do caderno do Conselho Federal de Psicologia intitulado Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores - escrito pela psicóloga, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP) Raquel Guzzo



Eixo temático 04

Psicologia no Ensino Médio

Urge ratificar a importância da Psicologia ao oferecer, para os estudantes, fundamentos que lhes permitam compreender as diferentes dimensões da subjetividade, os processos de constituição do sujeito em uma sociedade, ampliando e consolidando, assim, uma educação humanizada e com compromisso social.

Foi por meio da Educação que o conhecimento psicológico entrou no cenário nacional no século XIX, quer como referencial que orientava as metodologias de ensino, quer como conhecimento teórico sobre o desenvolvimento humano. Dessa maneira, a Psicologia Escolar e Educacional foi se consolidando como lugar da compreensão, da atenção às diferenças, às subjetividades construídas na relação com a cultura e a sociedade.

A escola é então compreendida na sua complexidade como instituição social que reproduz ideologia e possibilita acesso aos conhecimentos valorizados e construção de percursos de aprendizagem. Os sistemas educativos, o currículo escolar, a relação professor/aluno, a identidade do professor, as diferenças e preconceitos, a relação escola-comunidade passam a compor o universo da pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional.

A partir de 1890 a Psicologia entra como disciplina no currículo das Escolas Normais nos programas de formação de professores – e se mantém até hoje com um dos referenciais tanto no nível médio como na educação superior.

Na história do Ensino Médio brasileiro, a Psicologia teve uma trajetória de irregularidades e constância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1971 pôs fim à presença das Ciências Humanas no Ensino Médio Regular.

A redemocratização do país culminou na constituição de 1988 e na LDBEN de 1996, que incorporou as disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Houve então um encolhimento do espaço da Psicologia, ao mesmo tempo em que seu lugar foi se consolidando nos cursos técnicos e profissionalizantes,

em especial os das áreas de saúde, comunicação, administração e serviços de atendimento.

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, publicadas em 2006, apontam para uma proposta de superação do modelo disciplinar desarticulado brasileiro. Elas têm como objetivo fazer da aprendizagem um processo constante da vida por meio de diálogo interdisciplinar, formação de projetos coletivos e superação da reprodução de conhecimentos acabados. Assim, as orientações apontam os conteúdos de natureza psicológica como componentes que passam transversalmente pelas demais áreas do conhecimento, portanto não restritos a uma única disciplina.

Mas então, pode-se confundir uma área do conhecimento com temas transversais? Têm eles o mesmo status? Se desvincularmos as questões da subjetividade da área da Psicologia, corre-se o risco de dar a elas um tratamento superficial. Perde-se o sentido formativo e crítico presente nas orientações.

A volta da Psicologia ao Ensino Médio pode representar uma importante mudança de paradigma de formação de jovens brasileiros. “Pode-se com isso alcançar a formação humana que busca autonomia e criatividade, definindo a importante participação da Psicologia na Educação”, explica a psicóloga Rosângela Soares.

Em uma escola que ainda separa “bons” e “maus” alunos, que ainda rotula como não inteligentes aqueles que não obtêm sucesso nas tarefas escolares, em que o erro não é encarado como desafio, mas como impossibilidade, oferecer ao jovem a possibilidade de uma compreensão da relação inteligência-aprendizagem traz a possibilidade de compreender seu papel e condição no contexto escolar de modo a superar a introjeção de culpa pelo fracasso que ainda marca os discursos pedagógicos oficiais e assumir uma postura ativa na busca pelo conhecimento.

Isso muda, portanto, a visão de aluno, e de seu papel no processo ensino-aprendizagem. As novas concepções apontam para um aluno que é e deve ser visto como sujeito, não apenas no sentido do direito ao conhecimento e ao reconhecimento de sua subjetividade e inserção social.

“Ao defendermos a volta da Psicologia ao Ensino Médio, é preciso também estudar as possibilidades curriculares para a licenciatura em Psicologia, fortalecer os cursos de licenciatura, e unir nessa luta toda a categoria, os Sindicatos

dos Psicólogos, os Conselhos Regionais, o Conselho Federal, a ABEP, professores e alunos”, convida Rosângela Soares.

Fonte: Texto extraído do caderno do Conselho Federal de Psicologia intitulado Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores - escrito pela psicóloga, doutora em Psicologia, professora da Faculdade de Educação da Unicamp (SP) Ângela Fátima Soligo, e pela psicóloga, doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (SP) Roberta Gurgel Azzi.

Seminário Regional: entrevista com Cleci Maraschin

O Conselho Regional de Psicologia realizou cinco encontros preparatórios para o Seminário Regional do Ano da Educação em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul e Passo Fundo. Nestes eventos foi debatido o tema “Psicologia: profissão na construção de educação para todos”, com o objetivo de construir e divulgar referências técnicas e políticas para a atuação do psicólogo no campo escolar/educacional. Em cada cidade, foram produzidas proposições que serão discutidas no Seminário Regional do Ano da Educação, no dia 06 de dezembro, em Porto Alegre (Hotel Coral Tower - Av. Protásio Alves, 2966, das 9h às 13h). A palestra de abertura será realizada pela psicóloga Cleci Maraschin, professora associada do Instituto de Psicologia da Ufrgs, docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Confira abaixo alguns tópicos que serão abordados pela palestrante:

Como avalia a interação da Psicologia com a Educação?

As relações entre a Psicologia e a Educação não são nem lineares nem estáveis. Estudos historiográficos têm mostrado que a gênese da escola de massas, baseada fundamentalmente na disciplinarização de corpos e de conteúdos, tem uma grande relação com a distinção das etapas da infância e da adolescência. Fala-se mesmo de uma invenção da infância pela escola. Podemos pensar que a partir da separação dos alunos por idades, e das séries por conteúdos, foi possível estabelecer uma Psicologia diferencial e do desenvolvimento. E mais, que essa Psicologia nascente também trouxe efeitos educativos ao justificar que tipo de atividades eram mais propícias em tal idade. Tanto a Psicologia quanto a Educação são campos heterogêneos que se modulam reciprocamente. Existem modalidades de interação pontuais. Por exemplo, a educação tradicional e a Psicologia behaviorista compartilham posições epistemológicas semelhantes. Assistimos a uma articulação entre os defensores da escola nova com o construtivismo piagetiano e com a psicanálise. Os teóricos críticos reprodutivistas conversam mais com a Psicologia sócio-histórica, assim como os debates atuais da educação como o multiculturalismo, os estudos culturais e de gênero encontram espaços em proposições da Psicologia social. Mas embora possamos mapear certas reciprocidades que se estabeleceram entre modelos de educação e teorias psicológicas, cabe ressaltar que ambos os campos estão em contínua transformação, sendo possível encontrar interfaces novas contendo releituras e interações inusitadas.

Qual a tua opinião sobre a atuação dos psicólogos nas escolas?

Se as relações entre a Psicologia e a educação constituem interfaces distintas e passíveis de criação, a atuação do psicólogo nas escolas não se resume a estar munido de instrumentais teóricos e metodológicos. Embora sejam necessários, não são, entretanto, suficientes. O trabalho do psicólogo diante da diversidade dos campos em interação deve necessariamente estar pautado por uma discussão ética e política de sua intervenção. É necessário que se pergunte a que leva seu trabalho? Trabalhamos para quê? E com quem? Que modo de viver estamos ajudando a estabelecer nas escolas? Que modos de trabalhar estamos viabilizando? Que tipo de relações estamos apostando? Sem se refazer constantemente essas questões, podemos estar executando um trabalho técnico, sendo funcionários exemplares de teorias e de metodologias, mas também, talvez, ajudando a consolidar modalidades competitivas, excludentes, racistas e sexistas...

Como essa intervenção dos psicólogos poderia ser mais eficiente?

Primeiro devemos perguntar eficiência para que ou para quem? Não sei se trata-se de eficiência, mas da constante revisão crítica da

proposição e da sustentação de um trabalho que implica assumir uma posição epistemológica dentro de um campo teórico-metodológico, mas como afirmamos acima, também uma posição ética e política. Creio que o psicólogo necessita pensar-se como parte de um coletivo-educador. As intervenções que possa realizar não possuem efeitos somente nos sujeitos como individualidades com uma história, mas também no devir-sujeito. Além disso, incidem no coletivo, ampliando ou restringindo a potência auto-produtiva desse mesmo coletivo. Através de nossas proposições atualizamos caminhos criadores de sujeitos e de mundos, entre os quais se encontra o próprio sujeito-psicólogo.

Qual a importância da mobilização dos psicólogos na proposição de projetos que incluem a psicologia na educação?

Penso que não se trata de um trabalho na educação, mas sim com a educação. Não podemos pensar a educação como um campo de aplicação dos conhecimentos psicológicos. O trabalho com a educação implica uma parceria na proposição desses projetos. Um desafio do trabalho é constituir redes de conversação na qual possamos conviver e constituir o que chamei de coletivos-educadores. Modos de trabalhar, nos quais seja possível operar e propor projetos de modo mais interdisciplinar, sendo que as atividades não sejam atribuídas somente a partir de especialismos, mas a partir de princípios e de políticas coletivas.

Como avalia a realização do Seminário Regional do Ano da Educação?

Creio que o seminário pode se constituir em um momento de reflexão, de problematização de representações e de ações um tanto já naturalizadas na relação entre a psicologia e a educação. Um exemplo disso é tomar a educação como sinônimo de escolaridade. Existem práticas educativas disseminadas em vários dispositivos sociais. A mídia, por exemplo, é uma prática educativa contemporânea talvez tão importante quanto a escola. As ONGs, os vários projetos de educação em sentido ampliado, também são territórios educativos a se pensar. Outro resultado que talvez possa ser atingido com o seminário é poder iniciar um mapeamento das experiências de psicólogos que trabalham com diferentes dispositivos educacionais. Uma expectativa é poder organizar uma pauta de temas e ações que possam ser tomadas como metas para os próximos anos. Mas talvez a mais importante seja a de abrir redes de conversação com outros educadores, em sentido amplo, na proposição de projetos compartilhados, saindo de uma lógica corporativa que pensa primeiro na garantia da fatia de um trabalho que é visto somente na ótica do mercado.

2009 será o Ano da Psicoterapia

A Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF)*, realizada em dezembro de 2007, definiu que 2009 será o ano temático da Psicoterapia no Brasil. A decisão é resultado da necessidade de se produzir parâmetros mínimos para a atuação da categoria nesta área.

Para tanto, em 2008, o Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais) tem realizado eventos preparatórios para incentivar as discussões referentes à Psicoterapia. No dia 18 de outubro, o Grupo de Trabalho da Psicoterapia do CRPRS promoveu o Fórum da Psicoterapia, com o objetivo de debater e escrever idéias sobre os três eixos temáticos do Ano da Psicoterapia. A mesa foi composta pela psicóloga Bárbara de Souza Conte, conselheira do CRPRS na gestão 2004 – 2007 e integrante do GT da Psicoterapia, e pela psicóloga Emília Afrange, fundadora e diretora secretária da Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP). A coordenação foi da psicóloga Clarice Moreira da Silva, conselheira e coordenadora do GT da Psicoterapia.

Reunidos no auditório do CRPRS, conselheiros, psicólogos, representantes de instituições formadoras e de universidades, do Sindicato dos Psicólogos e da Sociedade de Psicologia do RS debateram e transformaram em texto as respostas aos eixos propostos pelo Sistema Conselhos. Dessa forma, o Fórum cumpriu seu objetivo de aproximar a categoria da discussão e possibilitar a participação dos psicólogos na construção de referências que irão amparar o amplo debate que ocorrerá em 2009.

O relatório produzido a partir desse debate será encaminhado para a APAF, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de dezembro deste ano, em Brasília.

A discussão, baseada nos eixos, não impediu que fossem levantadas outras questões, pertinentes ao exercício da Psicoterapia, mostrando a importância desse debate entre os psicólogos. Entre os temas polêmicos, a exclusividade da prática da Psicoterapia por psicólogos e médicos foi questionada, preocupando alguns colegas. O grupo presente no Fórum discutiu que existem limitações quanto à posição de exclusividade, por entendê-la corporativista. O grupo optou por pensar em estratégias para fomentar e mostrar a qualificação e competência dos psicólogos para o exercício dessa prática.

Através do debate foi percebida a importância da formação como base teórica, técnica e ética para a prática do psicólogo psicoterapeuta, seja nas graduações ou pós-graduações, reforçando a parceria e aproximação do CRPRS e ABEPRS

com os coordenadores de cursos de Psicologia do Estado. O aprimoramento em Psicoterapia tem se estendido para os cursos de formação ou especialização, sejam vinculados às universidades ou não, cujo compromisso deve ser legitimar seu ensino através de uma sustentação teórica e técnica, baseadas na investigação e na supervisão da prática, além da própria capacitação pessoal pelo que o psicólogo é responsável. Percebe-se essas instituições como espaços de construção teórica, calcadas em uma teoria do sujeito, respeitando-se os diferentes paradigmas em que trabalham.

Frente a tanta diversidade, compreendeu-se a necessidade de se criar referências para os psicoterapeutas como um cuidado com o exercício profissional, mas preocupando-se em manter clara a diferença entre cuidar e controlar, já que a existência de normas e regulações pode ir de encontro com o objetivo de respeito pelas diferenças dentro da Psicoterapia.

Concluiu-se que o exercício da Psicoterapia merece amplo debate e acredita-se que os seminários que ocorrerão durante o ano que vem poderão propiciar espaço para isso. O GT convida a todos os psicólogos para que participem dos seminários programados para Porto Alegre e Rio Grande do Sul, os quais serão divulgados já no início de 2009.



Fórum da Psicoterapia

* A APAF é constituída por representantes dos Conselhos Federal e Regionais e se reúne duas vezes ao ano. Uma de suas atribuições é acompanhar a execução das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e a execução regional das políticas aprovadas.

Eixos temáticos do Ano da Psicoterapia:

Eixo I

A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar

- Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.
- Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.
- Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.
- Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

Eixo II

Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos.

- Parâmetros: referências e/ou regulação.

Eixo III

Relações com os demais grupos profissionais

- Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.
- Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

Debate promovido pelo CRPRS em Porto Alegre, no mês de outubro. Acompanhe os artigos enviados pelos palestrantes.



O papel da Justiça no processo de desinstitucionalização

Jurisdiciono o Instituto Psiquiátrico Forense desde 13 de novembro de 2006, data de minha assunção na Vara de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA). De lá para cá, pude constatar que havia e há, a meu ver, uma lacuna de racionalidade quanto à temática.

Se o “louco” já é estigmatizado, o “louco criminoso” é alvo de um preconceito numa dimensão ainda maior, que repercute sobre a noção de periculosidade. Os pacientes do manicômio judiciário são invisíveis para o discurso oficial. Até a renascença havia um convívio entre razão/desrazão. “A loucura é um momento difícil, porém essencial, na obra da razão; através dela, e mesmo em suas aparentes vitórias, a razão se manifesta e triunfa. A loucura é, para a razão, sua força viva e secreta” (FOUCAULT, 2005). A loucura - insiste M. Foucault (p. 44), será reduzida ao silêncio pela era clássica e “No caminho da dúvida, Descartes encontra a loucura ao lado do sonho e de todas as formas de erro. Será que essa possibilidade de ser louco não faz que ele corra o risco de ver-se despojado da posse do seu próprio corpo, assim como o mundo exterior pode refugiar no erro, ou a consciência adormecer no sonho?” Efetivamente, o “racionalismo moderno” silenciou a loucura, com Descartes e com seu enunciado *Cogito, ergo sum*.

Consciente dos estigmas, da falta de dignidade e da cidadania castrada – pontuado pelas raízes histórico-filosóficas – das práticas na desconstrução dos manicômios desde Franco Basaglia, passei a tomar algumas decisões. Preliminarmente adotei medidas de humanização, para o que: 1) Editei as Ordens Normativas para que a Direção do Instituto: a) nomeasse imediatamente uma Equipe Técnica (psiquiatra, psicóloga e assistente social), que deveria elaborar um “plano terapêutico”; b) informasse as razões da internação do paciente na unidade fechada; c) informasse o remédio e a dosagem, bem como se o paciente apresenta problemas clínicos e quais eram as providências que estavam sendo tomadas.

Concomitantemente, foram adotadas as medidas de desospitalização, que consistem nas extinções das medidas de segurança, seja pela prescrição, pela ausência de periculosidade e com base, também, no princípio da proporcionalidade. As extinções com base na (1) prescrição têm as-

sentido constitucional, sendo, de outra parte, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal copiosa neste sentido. A (2) ausência de periculosidade, que é pressuposto tanto para o processo de conhecimento como para o processo de execução, é demonstrada por vários pacientes que há mais de 20 anos não cometem crime algum. Relevante notar, ainda, que, na minha opinião, o conceito de periculosidade não é um conceito científico. Prioriza-se, na prática, a noção de periculosidade sobre a noção de tratamento, o que acarreta, quase sempre, uma séria contradição com infringência aos direitos fundamentais. Doença mental não se confunde com periculosidade. Mais grave ainda é o conceito de fator de risco que, por sua abrangência e latitude, tem uma carga maior, pois pode significar que a pessoa não possa sair do manicômio devido a fatos indesejáveis que não estejam vinculados à “periculosidade individual”. Postulado básico do Direito, e em especial do Direito Penal, é o (3) princípio da proporcionalidade pertencente à Dogmática Jurídica. Atento a este princípio e levando-o na devida conta, julguei 63 processos em que a pena cominada ao delito não ultrapassava a um ano de detenção; em dois deles a internação do paciente superava 30 anos, 14 estavam há 20 anos no IPF, e 25 deles estavam internados há mais de dez anos. As decisões por mim proferidas consistiram em dar um prazo de 120 dias para que o Grupo de Trabalho interinstitucional e o IPF “aprontassem” os pacientes para o processo de desospitalização. Este GT, criado por um Inquérito Civil Público instaurado pelo Ministério Público, se reúne todas as quintas-feiras para discutir e avaliar caso por caso.

Quero registrar que o Poder Judiciário tem um papel importante no processo de desinstitucionalização, mas seu papel, por relevante que seja, é insignificante se comparado com o dos profissionais da saúde mental, pois quando a Justiça extingue as medidas de segurança e o paciente sai do IPF, ocorre apenas a desospitalização, ao passo que a desinstitucionalização é um processo longo, paulatino e complexo.

Clademir Ceolin Missaglia

Juiz da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Para o resto da vida?

Viver é perigoso, porque não é preciso. A vida é incerta e não traz consigo um cálculo preciso... Nada garante nada, mas carregamos conosco nossas pequenas e frágeis utopias, como coordenadas de uma bússola de orientação diante dos perigos deste mundo. No enfrentamento da vida, usamos e abusamos de ficções, sejam elas classificadas de delírios, fantasias, romances, utopias, ilusões, sonhos, enfim...

A civilização moderna decidiu que a religião era pouco confiável e resolveu depositar as suas fichas na ciência. Sobre a loucura, a ciência localizou o caos desordenado, a patologia, designando a medida da contenção da coisa louca nas cavernas da segregação. Nos últimos três séculos foi esse o destino da loucura, seu silêncio violentamente produzido. A prisão foi o remédio; a morte uma solução!

Foi preciso um tempo para que uma mobilização politicamente organizada surgisse dentro da própria ciência para desconstruir o monstro construído, ou seja, a loucura como um lugar perigoso, violento, indomável e de impossível convivência social. A reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial foram os nomes desse movimento, produzindo outra orientação de sentido que traçasse os rumos para a loucura na cidade, suportando a convivência com esta outra lógica de vida. Isso produziu arte, ética e solidariedade, desfazendo os preconceitos na guerra da segregação. Surgiram recursos, ampliou-se o conforto na convivência com a diferença, através da responsabilidade para com os modos de sociabilidade. Não existem inocentes e estamos atentos ao perigo da violência da exclusão, pois entre os humanos este é um risco que não adormece jamais.

Contudo, ainda hoje, quando os loucos cometem crimes, a lógica do cárcere continua sendo a orientação maior. Para os “normais”, o destino é a cadeia por no máximo 30 anos, para os loucos é para o resto da vida. Não vale diferenciar os loucos dos não loucos, “devemos fazer com os muros do cárcere o mesmo que fizemos com os muros do hospício” (Alessandro BARATTA). Ficar preso não é a so-

lução para lidar com o perigo, o homem das cavernas já sabia disso. A privação da liberdade subtrai o tempo de exploração do mundo, da produção de novos sentidos, subtrai o tempo de vida. Ficar preso é uma forma de morrer. Aqui mora o perigo.

A vida nos hospícios produziu mais loucura, criminalidade. A vida no cárcere produz mais crimes. Então, o que fazer? Não saber responder pode ser um bom começo para tratar essa questão com a humanidade necessária de que tanto carece. Deixar esse lugar vazio de respostas, essa pergunta em aberto, esse vazio de saber, pode provocar novas ficções para o sentido de responsabilidade, de ordem social e de punição, ficções que articulem os direitos humanos e o cálculo sobre o risco, na perspectiva do cuidado com a vida.

A loucura nos mostra que a construção de um projeto de vida, delirante que seja, mas comportando a lógica de sentido de cada um, faz barra à violência, diminui o risco de morte, pois se aposta na vida na cidade, articulada à responsabilidade com a liberdade. É loucura derrubar os muros do cárcere? Minha experiência com estes cidadãos tem ensinado que é razoável. E mais do que isto: apostar na vida é sempre uma boa estratégia para afastar o perigo da morte.

Essa é a luta que nos diz respeito, a luta pela vida. Sair da caverna e iluminar com nosso desejo esse mundo perigoso, que anda banalizando a vida e correndo o risco de deixar de existir. A morte é certa, o perigo indomável, o real incalculável... Mas as ficções são múltiplas, plurais e razoáveis, como o homem... Como a vida.

Fernanda Otoni de Barros
Psicóloga do Programa de Atenção Integral ao Paciente
Judiciário (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais,
psicanalista membro da Escola Brasileira de Psicanálise
(EBP/AMP) e professora da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais

CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) vem cumprindo os seus objetivos no processo de aproximação e conhecimento das práticas dos psicólogos que atuam no campo das políticas públicas. Em agosto, setembro e outubro, o CREPOP direcionou sua intervenção aos profissionais que trabalham nos Serviços de Atenção à Mulher sob Violência de Gênero.

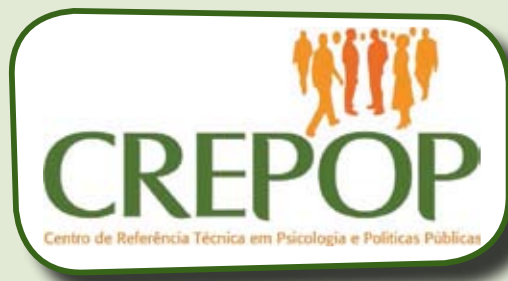
Um dos temas a serem analisados com maior profundidade foi o impacto causado pela vigência, desde agosto de 2006, da Lei Maria da Penha. Finalizando o processo da pesquisa, mas não seu canal de comunicação, o CREPOP promoveu uma reunião com psicólogos ligados a esses serviços. Estiveram presentes profissionais que atuam nas cidades de Novo Hamburgo, Caxias, São Leopoldo, Gravataí, Livramento, Bento Gonçalves e Porto Alegre. “Como produto destes encontros, teremos a realização de uma consulta pública, ferramenta que contribuirá na constituição de referências técnicas para a categoria, investindo na potencialização de reflexões mais coletivas e seu papel na consolidação de nosso compromisso social”, explica a psicóloga Silvia Giugliani, assessora técnica do CREPOP/CRPRS. Já estão no site <http://crepop.pol.org.br> os resultados descritivos da primeira etapa desta pesquisa.

Neste momento, o CREPOP está trabalhando na identificação dos profissionais que atuam nos serviços de Atenção Básica em Saúde. O encontro para melhor conhecer suas práticas será dia 31 de outubro na sede do CRPRS.

Assim como todas as áreas pesquisadas, a Unidade Local do CREPOP investe para que estes processos iniciem uma maior interlocução da categoria com o CRP. “Manter a pauta das políticas públicas na agenda política do CRPRS é vital para qualificar nossas ações e reflexões”, conclui Silvia.

Consultas Públicas

Confira no portal do CREPOP (<http://crepop.pol.org.br>) as consultas públicas já concluídas e também aquelas em processo de elaboração. A sua contribuição é fundamental para que estes documentos possam ser qualificados e efetivamente contribuam no cotidiano do trabalho desenvolvido pelos psicólogos, bem como sua melhor compreensão por profissionais de diferentes áreas. “Sem dúvida, daremos um importante passo ao criarmos um diálogo fraterno, reconhecendo na intersectorialidade uma ação necessária e potente para a efetivação de políticas públicas implicadas a integralidade do sujeito, fortalecendo práticas articuladas com os direitos humanos”, afirma a psicóloga Silvia Giugliani.



Até este momento podem ser acessados os documentos referentes às seguintes áreas:

- Referências Técnicas para a Prática do Psicólogo nos Programas de DST/AIDS
- Referências para atuação na Saúde do trabalhador
- Diretrizes para atuação no CRAS

Pesquisa online

Os questionários online das diferentes áreas já pesquisadas pelo CREPOP ficam disponíveis no site <http://crepop.pol.org.br>. Caso você não tenha preenchido o questionário durante o período da pesquisa, faça-o agora. Toda a informação é imprescindível, pois ela permite a atualização e qualificação dos dados obtidos pelo CREPOP.

O objetivo do CREPOP é conhecer os profissionais, suas práticas e desafios em políticas públicas. Por isso, cada participação é muito importante.

Confira no site as seguintes pesquisas:

- Educação Inclusiva
- Atenção à Mulher em situação de violência
- CAPS
- Sistema Prisional
- DST/HIV/AIDS
- Poder Judiciário/Vara de Família
- Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
- Medidas Sócio Educativas em Unidades de Internação
- Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto/Liberdade Assistida

Marcos lógicos e legais

O site do CREPOP inaugurou uma nova seção, que apresenta os levantamentos dos marcos lógicos e legais das áreas de atuação investigadas pelo Centro a partir de 2007. Cada levantamento consiste na identificação dos documentos que auxiliam no entendimento de como a política pública em uma determinada área está organizada. É com base nestes papéis que os questionários das pesquisas online são formulados.

Fonte: <http://crepop.pol.org.br>

Entre em contato com a equipe do CREPOP/CRPRS:
Silvia Giugliani/Assessora Técnica
Carolina dos Reis e Thais Bennemann/Estagiárias
www.crprs.org.br | crepop@crprs.org.br

Pessoa Jurídica e Responsabilidade Técnica

Conforme determina a legislação vigente, Resolução CFP 03/2007, toda Pessoa Jurídica que presta serviços de Psicologia a terceiros ou em razão de sua atividade principal está obrigada a registrar-se no Conselho Regional de Psicologia em cuja jurisdição exerça suas atividades.

Esclarecemos que Pessoa Jurídica (de direito privado) são as sociedades civis ou comerciais, empresas ou sociedades formalizadas por atos constitutivos (ou seja constituídas por mais de uma pessoa).

Lembramos que o registro é obrigatório, inclusive para as associações, fundações de direito privado, cooperativas e entidades de caráter filantrópico. Aquelas reconhecidas por lei como de utilidade pública e/ou filantrópicas são isentas de pagamento. As Clínicas-Escola ligadas às Instituições de Ensino (Faculdades de Psicologia) deverão proceder seu cadastramento junto ao CRPRS.

A inscrição da Pessoa Jurídica junto ao CRP exige a identificação de um profissional Psicólogo Responsável Técnico, possibilitando a quem recorre aos serviços, a identificação de um profissional regularmente inscrito junto ao Conselho.

A resolução determina que:

- As pessoas jurídicas registradas ou cadastradas deverão ter pelo menos um responsável técnico por agência, filial ou sucursal.

• Entende-se como Responsável Técnico aquele psicólogo que se responsabiliza perante o Conselho Regional de Psicologia para atuar como tal, obrigando-se a:

1 - Acompanhar os serviços prestados;

2 - Zelar pelo cumprimento das disposições legais e éticas, pela qualidade dos serviços e pela guarda do material utilizado, adequação física e qualidade do ambiente de trabalho utilizado;

3 - Comunicar ao Conselho Regional o seu desligamento da função ou o seu afastamento da pessoa jurídica.

Lembramos que o Responsável Técnico em uma Pessoa Jurídica obriga-se a garantir o adequado exercício profissional em consonância com as técnicas reconhecidas dentro dos âmbitos da profissão, baseado em pressupostos éticos e que atendam as legislações correlatas à prática profissional. Entretanto cada profissional lotado na instituição possui a sua responsabilidade profissional (individual) e seus deveres éticos e princípios técnicos.

A **Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)** alerta que Pessoa Jurídica registrada ou cadastrada, quando da substituição do responsável técnico, fica obrigada a fazer a devida comunicação ao CRPRS no prazo máximo de 30 dias, a contar do desligamento do responsável anterior. A Pessoa Jurídica fica proibida de executar serviços enquanto não promover a substituição do responsável técnico.

Sobre a aplicação do HTP

A Comissão de Avaliação Psicológica vem esclarecer e orientar os psicólogos quanto à administração da técnica projetiva do desenho da Casa-Árvore-Pessoa (HTP)

A administração do teste psicológico Casa-Árvore-Pessoa (House-Tree-Person, HTP) de John N. Buck, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, deve seguir orientação do manual do teste. A forma de administração deve ser individual, sendo que além dos desenhos e das observações que devem ser feitas durante a aplicação dos mesmos, deve ser realizado o inquérito. Devido às dúvidas dos psicólogos, o Conselho Regional de Psicologia (CRPRS) solicitou esclarecimentos à Editora Vetor, sendo que a orientação formal é de que a administração do teste deve ser individual, uma vez que apenas esta forma consta no manual.

Uma cruel realidade

A criminalização dos movimentos sociais no RS

Como é sabido, o Brasil viveu uma ditadura que se estendeu ao longo de duros 20 anos. O golpe militar de 1964 instaurou no país uma seqüência trágica e perversa de acontecimentos insensatos e desumanos, justificados mediante um aparato legal e instrumental que legitimava a intenção de “reformatar” o país.

Além das proibições, censuras, torturas e mortes cometidas, um dos piores efeitos colaterais destas décadas foi a restrição da participação política das pessoas na vida pública. Uma elite de mando, representada por sucessivos generais militares, violou os direitos humanos de forma sistemática. Os diferentes Atos Institucionais criminalizavam as lutas sociais e reprimiam a participação popular em prol de uma política de segurança nacional anti-subversiva.

Pois bem, esta carta aberta serve para lembrar que, apesar de estarmos comemorando mais de 20 anos do término da ditadura militar no Brasil, temos a sensação de que a história se repete e não queremos que seja simplesmente justificada. Atualmente, vivemos no Estado do Rio Grande do Sul situações de extrema criminalização aos movimentos sociais. Atônita, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) vem manifestar sua preocupação e indignação, pois acredita que o espírito político não pode ser, uma vez mais, silenciado e excluído da esfera social como algo sem consequência.

Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Via Campesina, Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), Resistência Popular e pessoas que discordam e protestam contra situações de extrema violação dos Direitos Humanos, vêm sofrendo represálias violentas por parte da Brigada Militar, impedidos de manifestarem-se. Em audiência pública ocorrida na Assembléia Legislativa no dia 24 de junho de 2008¹, junto à Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Senado Federal, foram deflagradas graves acusações ao MST que guardam uma particular semelhança com aquelas feitas em tempos ditatoriais.

Nos últimos meses do primeiro semestre de 2008 vimos que integrantes do Ministério Público gaúcho e a Brigada Militar investem esforços na desmobilização do MST empregando violentas ações policiais militares: acam-

pamentos vasculhados, lideranças e ativistas proibidos de ir e vir, despejo de crianças e adolescentes dos acampamentos, investigação de integrantes e cassação de direitos civis, intervenção nas escolas do movimento e repressão e/ou proibição de manifestações e atos públicos.

Quando falamos de violência é importante compreender suas raízes para que não seja simplesmente justificada. Não somos a favor de violência de espécie alguma. Já dizia Martin Luther King: *“a violência destrói a comunidade e torna impossível a fraternidade. Submete a sociedade ao monólogo e não ao diálogo. Cria amargura nos que sobrevivem e brutalidade nos que destróem”*.

As principais acusações contidas no relatório aprovado no final de 2007 pelo Ministério Público Estadual pedem a dissolução do MST por: *“ser uma organização criminosa, sede de guerrilha que ameaça a segurança nacional, albergar membros das FARC a fim de receber treinamento, escolher territórios estratégicos para seus acampamentos, visando paralisar o Estado, possuir ativistas perigosos, dada sua tendência política esquerdista e comunista, atos criminosos e de vandalismo, usar frases e terminologia ofensiva como ‘poder popular’ e ‘construção de uma nova sociedade’ e, ainda, por ser um movimento político”*. Mas, pode um movimento social não ser político?

Então, o que esperar de um governo entregue à lógica privada que concede privilégios às empresas transnacionais, à monocultura e ao agronegócio antes de lutar pelos Direitos Humanos como a reforma agrária, direito à moradia, educação e saúde? Dentro da lógica capitalista e patrimonialista que, dia após dia, nos serve de sustentáculo subjetivo, como pensar em projetos coletivos que escapem ao individualismo? O que é afinal um Estado Democrático de Direito? Acreditamos que uma estratégia alternativa à lógica hegemônica é a manutenção ativa de canais de participação política, pois o político é um efeito das relações sociais, um espaço de relação que se articula através de projetos e sujeitos coletivos. Nesta perspectiva, os movimentos sociais são um sinal de sanidade social, de ativação do espaço público como “algo do povo”. Lutar por justiça social e pela manutenção do ativismo político é pensar em lutas contínuas no espaço do cotidiano, é pensar o cotidiano

como lugar de conflito e de negociação sempre e quando os diferentes interlocutores assim o desejarem.

Uma cultura de paz necessita de pioneiros, de pessoas que não aceitem com resignação e nem com silêncio as injustiças, pois: “paz sem voz não é paz é medo”. A mudança de paradigma para uma cultura de paz requer justiça que se traduz em atitudes e posições políticas pelo resgate das potencialidades humanas, da saúde e

da justiça social. A criminalização dos movimentos sociais no Estado é um tema que deve ser colocado em pauta, compreendido e combatido, pois atinge o espaço político por excelência: o social.

Texto produzido pela Comissão de Direitos Humanos do CRPRS

1 <http://br.youtube.com/watch?v=CxtrKnevkkY>

Reunião temática da Comissão de Direitos Humanos, com a participação do terapeuta ocupacional kaingang Claudemir Moreira Vaz, coordenador do Núcleo de Saúde Mental da Assessoria de Saúde Indígena da Funasa-RS



Povos Indígenas

As emergentes necessidades de saúde dos povos indígenas do Brasil têm suscitado em nossa sociedade o planejamento e execução de medidas urgentes para o enfrentamento de problemáticas relacionadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades. As diversas etnias vêm suscitando Políticas Públicas que propiciem um olhar transdisciplinar e interinstitucional. Neste sentido, a Comissão de Direitos Humanos tem discutido o trabalho dos(as) psicólogos(as) junto aos povos indígenas e buscado com outras instituições e áreas profissionais ampliar o debate neste âmbito.

As comunidades indígenas têm constantemente solicitado junto aos órgãos públicos atenção em saúde mental por psicólogos(as) que conheçam e respeitem as suas especificidades culturais, seus modos de subjetivação, a complexidade da vida em comunidade, a cosmologia e o perspectivismo de cada etnia, mas, sobretudo, suas histórias de luta pela terra e por dignidade. A Psicologia por muito tempo silenciou frente à realidade indígena. Isto se deu por diversos fatores, como pela dificuldade de uma Psicologia que tem suas bases teóricas construídas sobre a cultura ocidental européia e a concepção de sujeito a partir da sociedade moderna, em dialogar e se recriar quando no encontro de alteridade com outras culturas.

As etnias têm passado por profundas modificações nos seus modos de existir, que, inerentes a qualquer cultura, sempre provocam também alterações nos processos saúde-doença. Os indígenas têm experimentado a resistência e a criação de formas de vida que respondam aos desafios contemporâneos. Todavia, também vêm sendo acometidos de sofrimentos diferentes daqueles da vida

tradicional. A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, em estudo epidemiológico datado do ano 2000, identificou o alcoolismo, a depressão e o suicídio como enfermidades frequentes nas comunidades. Estas problemáticas suscitaram a Portaria nº 2.759 do Ministério da Saúde, de setembro de 2007, que determina as Diretrizes para o Atendimento em Saúde Mental às Populações Indígenas.

No momento em que entramos neste campo somos imediatamente levados a desconstruir conceitos, inclusive o de *saúde mental*, e colocar em crise os saberes acumulados. Alguns dos sintomas encontrados na população indígena são semelhantes aos que a sociedade envolvente apresenta, contudo a significação pode ser absolutamente diferente. Assim, se a Psicologia não se propuser a construir um saber híbrido no seio da especificidade de cada etnia, pouco ou nada terá a contribuir com as populações indígenas.

Por outro lado, experiências inovadoras e positivas têm acontecido, como a recente Residência de terceiro ano em atenção à saúde indígena, promovida pela Escola de Saúde Pública – ESP, através do Núcleo de Saúde Indígena – NESI. O Sistema Conselhos de Psicologia vem se ocupando desta questão, tendo o CRP 06 - São Paulo já acumulado história, eventos e publicações sobre o tema. No VI Congresso Nacional de Psicologia foram aprovadas cinco deliberações sobre os compromissos com os direitos sociais dos Povos Indígenas pelo Conselho Federal de Psicologia. Desafios para toda a categoria, a fim de ampliarmos o olhar para as especificidades das etnias que compõem o país, transformando o fazer psi e trazendo o multiculturalismo como tema transversal na formação e na prática dos(as) psicólogos(as).

Agenda

Congressos, Jornadas, Seminários

12 a 15/11/08 - VIII Congresso Brasileiro de Arteterapia
Hotel Laje da Pedra - Canela/RS
Informações: www.vjs.com.br/arteterapia

14 a 16/11/08 – Congresso da APPOA - Angústia
Centro de Eventos Plaza São Rafael – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333-2140
www.apboa.com.br

21 e 22/11/08 – Psicologia Baseada em Evidências: um desafio no contexto hospitalar
Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS
Informações: jgph2008@gmail.com
www.sbph.org.br

Cursos de Extensão

Aperfeiçoamento em Psicopedagogia
Instituto Cyro Martins – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338-6041
www.cyromartins.com.br

Cursos de Especialização e Formação

Psicoterapia Centrada na Pessoa
Delphos – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3212-0675
www.institutodelphos.com.br

Curso de Teoria Psicanalítica e as Psicoterapias da Infância e Adolescência
Contemporâneo – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3019-5344
ensino@contemporaneo.org.br
www.contemporaneo.org.br

Terapias Cognitivas
NEAPC - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333-2123
www.nucleodeterapiascognitivas.com.br

Psicossomática
Unisinos – São Leopoldo/RS
Informações: (51) 3590-8314
espec-saude@unisinos.br
www.unisinos.br/educacaocontinuada

Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
IEPP – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333-4801
www.iepp.com.br

Psicoterapia Psicanalítica
Instituto Wilfred Bion – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3384-2765
iwbion@terra.com.br
www.institutowilfredbion.com.br

Psicoterapia de Orientação Analítica
Cyro Martins – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338-6041
cyromartins@cpovo.net
www.cyromartins.com.br

Psicoterapia de Orientação Analítica
Sigmund Freud – Pelotas/RS
Informações: (53) 3225-2489
contato@scsfreud.com.br
www.scsfreud.com.br

Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
IPSI – Novo Hamburgo/RS
Informações: (51) 3581-4055
ipsi@via-rs.net
www.ipsi.com.br

Psicologia Hospitalar
Hospital Moinhos de Vento – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3314.3690
iep@hmv.org.br
www.moinhos.net

Eventos CRPRS e CFP

12 a 14/11/08 - II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional – Questionamento ao Modelo e Desafio aos Direitos Humanos
Conselho Federal de Psicologia – Rio de Janeiro/RJ
Informações: (61) 2109-0101
www2.pol.org.br/sistemaprisional/

21/11 - Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas
Conselho Regional de Psicologia do RS, fórum gaúcho de Saúde Mental, Aborda
Local a definir - Porto Alegre
Informações: (51) 3334-6799
eventos@crprs.org.br

22/11/08 – Seminário Estadual Pró-Conferência Nacional de Comunicação
Plenarinho da Assembléia Legislativa – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3334-6799
eventos@crprs.org.br
www.crprs.org.br

21 e 22/11/08 - Seminário Nacional Envelhecimento e Subjetividade: Desafios para uma cultura de compromisso social
Conselho Federal de Psicologia – Brasília/RS
Informações: (61) 2109-0101
www2.pol.org.br/envelhecimento/